

A influência política da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o fim do Estado Novo Brasileiro

Rafael Henrique Colavite de Aguiar¹

Resumo: O presente artigo analisa o período histórico brasileiro entre 1937 e 1945. Especificamente, as relações entre a existência e atuação da Força Expedicionária Brasileira e o fim do regime político denominado Estado Novo Brasileiro.

Palavras Chave: História do Brasil; Estado Novo; Força Expedicionária Brasileira; Segunda Guerra Mundial; Getúlio Vargas.

Abstract: This article analyses the Brazilian historic period between 1937 to 1945. Specifically, the relations between the existing and acting Brazilian Expeditionary Force and the end of politic regim called Estado Novo Brasileiro (New State).

Keywords: Brazilian History; New State; Brazilian Expeditionary Force; Second World-War; Getúlio Vargas.

Introdução

Este artigo levanta e reúne diferentes análises disponíveis, para avançar na compreensão da influência política que o retorno e a dissolução da FEB tiveram na derrubada do Estado Novo em 1945, na vida dos veteranos de guerra e na política brasileira. Para isso, torna-se necessário observar a conjuntura de um período crítico no processo histórico brasileiro: Trata-se do Estado Novo Brasileiro, entre os anos de 1937 e 1945, o qual configurou um período de transição entre o modelo político instaurado pela chamada República Velha e o modelo ditatorial de Getúlio Vargas. Nesse período, o mundo encontrava-se em ebulição: emergência de potências industriais, dinâmicas contraditórias de comércio, e um dos acontecimentos mais marcantes da história da humanidade até os dias de hoje - a Segunda Guerra Mundial.

Especificamente, o artigo focaliza, nos anos 1945 e 1946, a intersecção entre dois eventos de grande expressão em nossa história: os desdobramentos do recém-inaugurado Estado Novo (1937) e o retorno da Força Expedicionária Brasileira (FEB) da ocupação na Itália após o término da guerra, bem como as possíveis tensões causadas por esta intersecção.

É a partir deste contexto que se torna possível entender a importância da Força Expedicionária Brasileira. Hélio Silva esclarece que foi a partir do processo de redemocratização, desencadeado por uma série de fatores externos e internos, que foi possível a formação da FEB e seu embarque para os campos de batalha, e não o contrário, de modo que abre seu discurso sobre a FEB da seguinte maneira, inclusive ponderando a extensão da participação das Forças Expedicionárias Brasileiras nos eventos finais da política do Estado Novo Brasileiro:

“A Força Expedicionária Brasileira – forças de terra e força aérea – pelo simples fato de existir, de levar soldados brasileiros ao combate ao nazi-fascismo, na Europa, teve um papel político relevante nos

¹ Graduado em Ciências Sociais pelo CUFSA – Centro Universitário Fundação Santo André, pós-graduado em Educação e Sociedade pela Universidade Cidade de São Paulo. Mestrando em Educação pela UMESP – Universidade Metodista de São Paulo. Leciona na rede privada e pública de ensino.

acontecimentos de 45. A existência da FEB é um fato político muito importante. Quanto ao outro aspecto – se a FEB participou do golpe de 29 de outubro e da deposição de Vargas, é uma tese discutível.

Tornou-se corrente e a muitos pareceu correto que a volta da FEB foi o elemento decisivo para a derrubada da ditadura. [...] A ativação do processo político e a utilização do dispositivo militar preparado para tais emergências teria tido, conseqüentemente, sua motivação na volta dos *pracinhas*, que vinham restaurar, em seu País, a democracia que acabavam de reafirmar nos campos de batalha.” (SILVA, 1976, p. 256).

Getúlio Vargas e a astúcia de um grande estadista

Dentre as informações levantadas por este artigo, uma em especial chama atenção. Em dado momento tornou-se evidente que Getúlio Vargas era capaz de admitir, com toda sua perspicácia diplomática, diante de um praça ferido, ainda que informalmente, de que ele no começo da guerra estava inclinado ao alinhamento com as potências do Eixo Berlim-Roma.

“Miguel - [...]Quando chegou na entrada do Brasil, que eu vi o cristo redentor, rapaz, eu chorava, despencar a chorar foi pouco, de ver. Aí chegar no Brasil e ao mesmo tempo pensar nos amigos que ficaram lá a tristeza era grande. Daí, fomos pro HCE [Hospital Central do Exército], no Rio de Janeiro. Chegamos lá, teve visitas de terças, quintas e domingos. Você pode acreditar em quem apareceu ali?

Entrevistador – Quem?

Miguel – Getúlio Vargas, com dois assessores dele, né. Na minha cama, ele chegou e falou “menino, o que aconteceu com você?”, eu mostrei “olha, aqui, esse daqui” mostrei e tal, ele fala “você sabe que não fui eu quem mandou vocês pra guerra”, falei “é verdade”, “foi o Osvaldo Aranha”, “é verdade, e o senhor era à favor a Alemanha e a Itália, o Eixo”, ele falou “era verdade, foi verdade mesmo, eu era mesmo. Sorte que o Brasil não foi [em auxílio às potências do Eixo], porque senão nós estávamos ‘roubados’”.

(GAROFALO, Miguel [Presidente da Associação dos Ex-combatentes do Brasil – Seção do Grande ABC] - Junho de 2010)²

Além, a presença de voluntários na composição da FEB reforça a polêmica sobre qual seria a posição política desses voluntários, ou se ao menos existia um segmento ideológico-político característico do voluntariado. Porém, as informações levantadas durante a entrevista não foram conclusivas quanto a qual ou quais tendências estes membros estariam envolvidos, uma vez que o próprio entrevistado foi vítima de uma deturpação de conceitos, misturando-se de maneira pejorativa os conceitos de “voluntariado” com o de “relacionado” a Getúlio. Essa deturpação de conceitos e de seu uso pode apontar para a hipótese contrária à estabelecida pelo artigo: Seria possível que voluntários pró-varguistas houvessem se alistado na FEB?

A deposição de Vargas no dia 29 de outubro, obviamente não fora espontânea. Os fatores que culminaram em tal evento remetem à antigos rancores das Forças Armadas para com o regime varguista, bem como certas precauções tomadas de

² Entrevista realizada por nós, em formato de áudio, em junho de 2010, nas dependências da associação de ex-combatentes do Brasil – Seção do Grande ABC, para fins de levantamento de dados de pesquisa, registro em anais acadêmicos, do programa de iniciação científica PIIC.

ambos os lados, seja para evitar um conflito delicado e de proporções trágicas, ou mesmo evitar a profanação de uma imagem política que voltaria ao poder em 1950.

Hélio Silva apresenta em sua obra “1945: Por que depuseram Vargas” uma entrevista realizada com o General José Pessoa que narra acontecimentos importantes do período final do Estado Novo Brasileiro e da posição das Forças Armadas em relação à tal regime.

A efervescência teve início com a manobra de Vargas em antecipar as eleições para governadores e deputados estaduais, através do decreto 8.063 de 1945. O processo eleitoral seria organizado pelos interventores. Aqui reside uma ressalva: com a posterior reação dos Generais das Forças Armadas, alguns destes interventores foram oficialmente substituídos, subitamente, em questão de dias, plausivelmente para atender aos interesses de Getúlio Vargas em manter-se no poder, pois, caso vencesse um processo eleitoral “democrático”, mesmo sob tamanha manipulação, teria livre de si uma enorme pressão internacional e nacional acerca de seu regime totalitário em tempos de celebração da vitória democrática nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial. Claramente a preocupação exposta pelo general José Pessoa se concentra no fato de que tais eleições teriam, a partir destas condições, sua legitimidade ameaçada.

Ou seja, os militares acreditavam que Vargas, durante o processo de abertura política e redemocratização, manipularia os resultados através dos seus interventores, apoiados na conturbada campanha eleitoral *queremista*, a qual foi sustentada por alguns membros auxiliares do governo, mesmo que ilegalmente, para gerar uma confusão na opinião pública no país e facilitar o direcionamento das massas.

Em um contexto complementar, as Forças Armadas estavam agindo em prol de seus próprios interesses durante o período de guerra no intuito de se fortalecer e ter maior expressão no cenário militar da América do Sul. Através de manobras políticas proporcionadas pela pressão democrática exercida internacionalmente sobre o Estado Novo Brasileiro, foi concedida a aproximação das Forças Armadas a um dos polos da guerra, no caso, os EUA, reunindo para si armamento, treinamento, apoio ideológico e político, propositalmente sem levar em consideração, e/ou mesmo sem medir as consequências para, a tal pressão democrática exercida sobre a presidência, cujos planos pretendiam manter a neutralidade pelo maior tempo possível, uma vez que Vargas acreditava que essa disputa entre Estados Unidos e Alemanha sobre o Brasil e suas matérias-primas poderiam ser fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do país. Mas por qual motivo as Forças Armadas estariam em desacordo com o regime, forçando ainda mais esta situação que levou o Estado Novo Brasileiro ao seu fim?

Um outro ponto muito importante para a compreensão da conjuntura que foi levantado pelo General José Pessoa foi o de que as Forças Armadas foram responsabilizadas em sua totalidade pela manobra política proporcionada pelo Plano Cohen como visto a seguir:

“É do conhecimento de toda a Nação a injusta acusação que durante anos as Forças Armadas suportaram: a de terem sido as responsáveis pelo golpe de 10 de novembro de 1937 e, portanto, coautoras da corrupção e dos males a que vinha sendo arrastado o País pela ditadura. Os chefes militares, salvo dois ou três, como hoje é do domínio público, não tiveram ciência da usurpação de 37 nem lhe emprestaram seu apoio. Ludibriada a Nação e o Exército com a chicana do faccioso Plano Cohen, documento forjado por um diminuto grupo de indivíduos

que dele se valeram para justificar a implantação do fascismo no Brasil, não seria mais possível que nos enganássemos a nós mesmos e consentíssemos que novo ultraje se praticasse, impunemente, contra a boa-fé e os ideais democráticos do nosso povo.” [General José Pessoa em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15.11.1945] (SILVA, 1976, p. 248).

A partir desse relato, o entrevistado aponta que as Forças Armadas, se não totalmente, em boa parte, sentiam certo rancor da maneira como o governo usurpou o poder e deixou que a culpa caísse sobre a instituição militar, a qual praticamente não teve participação direta neste evento. Desta forma, as atitudes e decisões tomadas pelas Forças Armadas, deste momento em diante, não levariam em conta a preocupação com a manutenção do regime totalitário varguista.

Com base nessas afirmações, a pergunta seguinte da entrevista remete a um novo ponto:

“- É de opinião que as Forças Armadas fiquem afastadas da política?
– Já frisei certa vez que o Exército é uma instituição apolítica, que não devendo intervir em política partidária nem se arvorar em mentor do poder civil e muito menos servir de fiador a regimes políticos, o que não o impede de acompanhar com interesse a vida política do País. A contribuição na solução dos problemas nacionais e a participação na vida política do País é de dever inerente a todo cidadão livre. Não pode o militar, portanto, viver à margem da Nação, nem lhe devem ser indiferentes os destinos da sua Pátria.” [General José Pessoa em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15.11.1945] (SILVA, 1976, p. 248 - 249).

Mesmo tomando as Forças Armadas como uma instituição apolítica, ela estava composta por membros que carregavam dentro de si tal rancor pelo regime e seus abusos. Em vista dos recentes acontecimentos, como a antecipação e provável manipulação do processo eleitoral, 14 altos oficiais, entre eles generais altamente graduados, reuniram-se algumas vezes para discussão de tais eventos e sobre sua preocupação com os rumos do país. Com a adesão de mais chefes militares de alto escalão da marinha e da aeronáutica um documento é redigido e entregue ao Presidente da República através do Ministro da Guerra, com recomendações e solicitações para que as eleições transcorressem tranquilamente, sem abusos ou fraudes.

Então se faz de resposta a substituição de alguns interventores, como citado anteriormente, que somado à nomeação do irmão de Getúlio Vargas para a Chefia de Polícia do Distrito Federal desencadeou a movimentação dos generais.

O General Eurico Gaspar Dutra, o qual seria eleito presidente nas eleições de 2 de dezembro de 1945, apoiado por Getúlio recém-deposto, em outubro do mesmo ano então atravessava momentos decisivos em sua carreira política: ele havia tomado parte nos eventos que remetem à conspiração do Plano Cohen, porém fora expulso do Ministério da Guerra em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, por apoiar o processo de redemocratização. Ele, espontaneamente solicitou uma audiência com o Presidente da República e trouxe de volta aos generais duas propostas. Caso elas não fossem aceitas, Vargas declarou a mesma postura que alguns anos mais tarde marcaria o fim de sua vida: que o tirassem morto do palácio.

Os generais tomaram tal atitude de Vargas como uma afronta e decidiram agir: prepararam a passagem do governo a um sucessor, de acordo com o protocolo legal, previsto em constituição em caso de ausência presidencial, que no caso seria o chefe do judiciário, e também dispuseram forças militares através de pontos estratégicos, a fim de a situação fosse rapidamente controlada em caso de reação e resistência.

Vargas havia sido posto em xeque pelos generais. Qualquer reação, repressão, mesmo que em defesa da instituição presidencial causaria uma comoção de proporções trágicas. O descontentamento da nação com o regime era tal, que mesmo que as Forças Armadas fossem reprimidas em sua ilegitimidade a população entraria em alvoroço e uma guerra civil poderia se deflagrar no Rio de Janeiro e em várias outras cidades do país.

Ainda assim, há quem diga que Vargas poderia ter resistido se assim o desejasse: é o caso do Marechal Renato Paquet que durante tais acontecimentos assumia o posto de Comandante da Vila Militar. Sua posição era discordante com a dos generais conspiradores. Para fins de análise é interessante observar sua defesa à favor de Getúlio Vargas, em que o entrevistado aponta, apresentado suas impressões do convívio próximo com o então presidente, suas respostas aos momentos delicados, sua sensibilidade.

Segundo seu relato em entrevista ao jornal *O Globo* afirma:

“Em benefício da História, desejo dizer-lhe, Sr. Redator, que Getúlio Vargas tinha de fato condições militares para resistir em 1945 e, no entanto, não o quis fazer. Por quê?

Ele próprio responde à sua pergunta retórica:

- Porque a ideia de reação lhe repugnava; desejava governar pelo consenso geral e não pela imposição das armas. Esperava sempre o apoio dos que o cercavam; a falta dele o deixava sem ânimo, em estado de choque. Às vezes, uma frase, em palavra, um gesto era suficiente para que ele, como um caracol, se retraísse todo, se encolhesse, se introvertesse, dando ensejo a que essas reações psíquicas fossem tidas como despistamentos, manobras, etc. Getúlio ousado e valente ante o perigo físico, era, em essência, um sensitivo, um tímido...[...]

- Como Comandante da Vila Militar em 1945, eu estava em condições de debelar rapidamente qualquer tentativa para a deposição do Governo. Aguardava ordens quando, à tardinha no dia 29 de outubro, recebi pelo telefone, por intermédio do General Firmo Freire, chefe do Gabinete Militar da Presidência, o seguinte recado: “Paquet, o Dr. Getúlio manda-lhe dizer que não quer nenhuma reação e que você largue a Vila de mão.” Respondendo-lhe que aquilo não era brincadeira de crianças e que eu e os demais que estavam ao meu lado nos sentíamos constrangidos com tal determinação, o General Firmo, depois de consultar o Dr. Getúlio, repetiu-me o mesmo recado, com o seguinte acréscimo: “Não quero reação, por que não desejo derramamento de sangue.”

E, concluindo:

- O generoso coração de Getúlio, ferido pela ingratidão dos que mais lhe deviam, levou o Presidente a sacrificar-se, poupando assim, os fiéis que lhe ficaram até o fim.” [Marechal Renato Paquet em entrevista ao jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 07.11.1945](SILVA, 1976, p. 253 - 254).

Em sua defesa a Vargas, o Marechal Renato Paquet não é claro quanto às medidas que poderia ter tomado como reação, se a prisão dos generais conspiradores, ou se não havia tempo para aquilo e a solução seria o conflito armado entre si, ou mesmo o entrevistado não diz quem são “os demais” que estavam junto a ele, prontos para as vias de fato. Talvez tais informações não fossem pertinentes para a entrevista, uma vez que o Presidente já havia sido deposto na ocasião da entrevista, mas fato é que os demais aliados políticos de Vargas agiram de maneira semelhante quanto ao trato público da questão: segundo estes aliados, Getúlio Vargas renunciava à ideia de se manter na presidência usando-se da força, pois já projetavam um possível retorno ao cenário político brasileiro. Seus objetivos eram apenas um: o de transformar a imagem de Getúlio, de um governante totalitário, em mártir do povo brasileiro.

Uma sábia e árdua jogada política, pois com tal conturbação e conflito de pontos de vista, que confundiram a massa brasileira, seguido do apoio à candidatura do General Dutra para as eleições presidenciais, apostando em seu infortúnio, e mais as reminiscências da campanha *queremista*, seria possível o retorno de Vargas à presidência em 1950.

Dessa forma, durante a madrugada do dia 29 para o dia 30 de outubro do ano de 1945, às 2:45, no Quartel-General, a Presidência da República é transferida ao mais alto chefe do poder jurídico, Dr. José Linhares, sob o aval e presença dos generais conspiradores e de mais outros importantes alto-oficiais das Forças Armadas que se juntaram ao movimento.

Considerações finais

Primeiramente, torna-se clara a contradição entre o regime totalitário de Vargas e o alinhamento com os países republicanos democráticos da América do Sul. A Política da Boa Vizinhança e a reunião dos chefes de estados, onde o Brasil foi representado por Oswaldo Aranha, defensor do alinhamento brasileiro aos aliados, foram grandes catalisadores de caráter internacional, sem contar os motivos internos, populares, econômicos e políticos, da decisão definitiva acerca de que lado o Brasil estaria durante a Segunda Guerra.

Desde então, a partir de 1942 os EUA estenderam ao Brasil armamento, instalação de uma base de defesa do Atlântico, entre outros. Ou seja, as Forças Armadas atraíram para si a atenção dos Estados Unidos e com isso se fortaleceram com equipamentos, treinamento e investimento ideológico, particularmente com os ideais democráticos.

A presença do Brasil no grupo dos aliados concretizou ainda mais o processo de redemocratização, acelerando-o, tornando-o ainda mais necessário e iminente. Com isso, Vargas procura se adaptar às novas condições e prepara o terreno para as eleições presidenciais de caráter democrático, porém, valendo-se de vários aparatos políticos, alguns ilegais, para garantir sua vitória, mas muitas destas manobras despertaram a atenção dos chefes militares do Brasil e sua preocupação com uma possível fraude.

O contato com outras nações do mundo durante a frente italiana, com as tropas que faziam parte do 5º Exército dos EUA, nações estas que possuíam regimes democráticos, provocaram um sério choque de ideologias entre as porções pró-varguistas, enquanto que foram responsáveis também por alimentar as aspirações de muitos membros da FEB de baixas patentes, que seriam normalmente de origem mais humilde e por esta razão sentiam os efeitos do regime do Estado Novo com mais força, dessa forma sendo naturalmente contra o Regime Vargas.

A FEB em si possui uma relação indireta com a queda do regime do Estado Novo Brasileiro, de forma que, de fato a FEB não desencadeou o processo de redemocratização, mas foi fruto da mesma. Em outras palavras, foi a partir da mudança de conjuntura política, da abertura à redemocratização, necessária para estender as relações comerciais com os EUA, que gradativamente o regime começou a entrar em contradição: de que maneira um país sob regime totalitário e, de forma mais agravante, de caráter fascista, poderia apoiar os aliados, defensores da democracia?

A importância da FEB para a queda do Estado Novo Brasileiro foi simbólica. Mas não de uma simbologia oculta, pelo contrário, os pracinhas desempenharam o papel mais importante, de maior expressão, representação da atividade brasileira fora da América do Sul. Poderia ter sido apenas uma divisão dentre tantas outras de tantos lugares do mundo, porém, aquelas 25 mil pessoas se tornaram notáveis em sua coragem, em seu patriotismo, fossem eles prós ou contra o Regime Vargas.

Na prática, os eventos de 29 de outubro de 1945 aconteceriam com ou sem a FEB, mas em parte aconteceram também por causa da FEB. Durante os movimentos que culminaram na deposição de Getúlio Vargas, poucos membros da Força Expedicionária Brasileira estavam ativos e nenhum deles participou oficialmente como membro dessa força. Inclusive por que ela havia sido dissolvida ainda no período de ocupação italiana: uma ardil manobra política de Vargas, que desmobilizou e separou seus membros, dificultando enormemente qualquer articulação conspiratória.

“Nos acontecimentos de 29 de outubro aparece, apenas, um elemento destacado da FEB, o General Osvaldo Cordeiro de Farias. Embora lúcido representante do *tenentismo*, herói nacional e com passado político onde se assinala a passagem pelo governo do Rio Grande, a sua função era meramente militar, em cumprimento das ordens da cúpula, isto é, do que deliberaram os Generais Góes Monteiro, Eurico Dutra e Brigadeiro Eduardo Gomes.

Outro general, Renato Paquet, comandava a Vila Militar e ofereceu seu apoio a Vargas. A seu lado oficiais vindos da FEB o concitaram a resistir. Alguns deles pediram comandos para marcharem sobre o Rio.” (SILVA, 1976, p. 265-266).

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)**. São Paulo: Editora SENAC, 1998.
- BRAGA, Rubem. **Crônicas de Guerra – com a FEB na Itália**. Editora Do autor, 1964.
- BUESCU, Mircea. **Guerra e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Apec, 1976.
- CARONE, Edgard. **A terceira república (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976a.
_____. **O estado novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976b.
- CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador**. In FAUSTO, Boris (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume 2. São Paulo: Difel, 1977, p. 180-234.
- D’ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

- FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005
- GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Símbolo, 1977.
- HOBBSAWN, Eric J. **Era dos extremos - o breve século XX: 1914-1991**. Companhia das Letras, 1995.
- MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Siciliano, 1991
- RÉMOND, René. **Introdução à História do Nosso Tempo**. Lisboa: Gradiva, 2ª edição, 2003.
- ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1991
- SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler**. Editora Objetiva, 2007.
- SILVA, Hélio. **1942: Guerra no continente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **1944: O Brasil na guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. **1945: Por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SODRÈ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- TRONCA, Italo. (1981), **O Exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)**. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. tomo III, volume 3. São Paulo, Difel, 1977.
- VARGAS, Getúlio. **Diário**. São Paulo: Siciliano/FGV, 1995.
- VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas 1922 – 1974**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia “Hucitec” LTDA, 1982.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

Periódicos:

- ALMANAQUE ABRIL. **II Guerra Mundial: 60 anos: A ascensão do nazismo**, volume 1. São Paulo: Abril, 2005. 130 p.
- _____. **II Guerra Mundial: 60 anos: O mundo sob Hitler**, volume 2. São Paulo: Abril, 2005. 130 p.
- _____. **II Guerra Mundial: 60 anos: Vitória**, volume 3. São Paulo: Abril, 2005. 130 p.
- _____. **II Guerra Mundial: 60 anos: Brasil em tempo de guerra**, volume 4. São Paulo: Abril, 2005. 130 p.
- REVISTA USP. **Dossiê 50 anos de Final de Segunda Guerra**, número 26. São Paulo: USP, CCS. 1995. 217 p.

Filmes / Documentários:

- JUNIOR, Durval L. P.; PINHO, Adriana R. B. de. **O “Lapa Azul”**, Brasil, Insight Video, 2007. Mini-DV, 60 min. Documentário, estéreo.
- OSBORNE, Graham; GUIMARÃES, Karla. **Luck is a rare thing at Monte Castello**, França / Reino Unido, Slider Films, 2010. Dvd-vídeo, c. 7 min. Curta-metragem, estéreo.

Recebido para publicação em 20-08-16; aceito em 25-09-16